

1
2
3

4 Aos vinte dois dias do mês de agosto de dois mil e oito realizou-se a Centésima Décima Reunião Ordinária do Conselho
5 Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o
6 início às quatorze horas e vinte e seis minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Francisco da Rocha Simões**
7 **Pires**, Representante do Secretário do Meio Ambiente; **Sr. Dalmir Mendes dos Santos**, Representante do Secretário da Saúde;
8 **Sr. Luiz Antônio Petry**, Representante do Secretário da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio; **Sr. João Carlos Félix**,
9 Representante do Secretário da Infra-Estrutura e Logística; **Sra. Faraildes Auta de Ávila**, Representante do Secretário da
10 Educação; **Sr. Marcelo Zaslavki**, Representante do Secretário da Cultura; **Sr. Aloísio Siragelo Braun**, Representante do
11 Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Carlos Alberto Boa Nova Andriadi**, Representante do Secretário do Desenvolvimento
12 dos Assuntos Internacionais; **Sr. Carlos Alexandre Varante Ávila**, Representante do Secretário das Obras Públicas e
13 Saneamento; **Sra. Alice Lopes de Oliveira**, Representante do Secretário da Coordenação e Planejamento; **Sr. Ladimir da**
14 **Silva**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Paulo Brack**, Representante Suplente do INGÁ; **Sr. Flávio**
15 **Lewgov**, Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker**, Representantes Titular da Mira-Serra; **Sr. Leonel Freitas**
16 **Menezes**, Representante Suplente do Amigos da Floresta; **Sra. Lúcia Schild Ortiz**, Representante Titular dos Amigos da
17 Terra; **Sra. Catarina da Silva Pedrozo**, Representante Suplente da Instituição Universitária Pública; **Sra. Elizabete Maria**
18 **Zanin**, Representante Suplente da Instituição Universitária Privada; **Sra. Eloísa Rodrigues Quines**, Representante Titular do
19 SINDIÁGUA; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Suplente da FETAG; **Sr. Sidnei Bruschi**, Representante Suplente da
20 FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Fernando Hartmann**, Representante Titular
21 da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Marcelo**
22 **Madeira**, Representante Suplente do IBAMA; **Sr. Sebastião Teixeira Correa**, Representante Titular dos Comitês de Bacias
23 Hidrográficas; **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa**, Representante Titular da FEPAM. Participaram também da reunião, como
24 convidados: Denise Arisi Donati, Sandra Maria Zanelatto, Vander Zanelatto e Evandro Gottardo – Prefeitura de Cotiporã;
25 Marcos Luciano Marzendorf e Marcos Antônio Schons – Prefeitura de Victor Graeff; Cláudia Viegas – Ambiente Já; Joana
26 Helena Paloschi; Deisi Cooker, Rosaura Silva, Louise Oliveira, Ana Lúcia Dias, Maria Lúcia Ribas, Vanise Peixoto, Mônica
27 B., Roberto, Sílvia J., Ilse Rosito, Clóvis e Victor Hugo Rodrigues – Coro da FEPAM; Virgínia de Carvalho Fett – OAB/RS;
28 Niro Afonso Pieper – SIGA/RS, Leonir F. Menezes – Amigos da Floresta. **Pauta: 1. Discussão da Ata da 109ª Reunião**
29 **Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Qualificação de Municípios; 4. Recursos Administrativos; 5. Minuta de**
30 **Resolução que orienta os Protocolos de Cooperação Técnica Intermunicipal; 6. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram
31 abertos e presididos pelo Sr. Francisco da Rocha Simões Pires – Representante da Secretaria do Meio Ambiente, e secretariados
32 pelo Sr. Tiago Castagnetti – Secretaria Executiva da SEMA. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Boa-tarde a
33 todos. A Secretaria informou que havia *quorum* para a instalação dos trabalhos e assim eu declaro abertos os trabalhos da 110ª
34 Reunião Ordinária do CONSEMA. Eu faço questão de registrar, de modo a inovar, eu tomei a liberdade, em razão de conhecer
35 o trabalho que é desempenhado pelo coral da FEPAM. Eu lembrei que seria algo importante, interessante para nós, de modo
36 pelo menos experimental nesta sessão, inovando a abertura, com a supressão dos trabalhos, apresentação do coral, para que nós
37 fizemos algo diferente e que pudesse proporcionar a todos que se afastam das suas atividades fins, por mais meritória e
38 importante que seja a nossa atividade aqui, em nível de Conselho do Meio Ambiente, eu tomei a liberdade de preparar esta
39 surpresa, que também foi surpresa para mim, até porque por um probleminha de agenda não foi possível eu fazer contato com a
40 coordenação do coral, a falha foi minha. Eu penso que os senhores devem concordar com essa idéia, acho que não deve haver
41 discordância que uma vez aberta a sessão possamos suspender, assistamos uma apresentação do coral da FEPAM, como forma
42 de abrilhantar e tornar melhor, mais agradável e mais sensível a nossa tarde. Então, eu convidaria o Roberto e seus membros
43 para fazer a apresentação, para que nós tenhamos uma atividade diferente, uma atividade extremamente enriquecida com um
44 momento de arte. Então, neste momento eu gostaria que o Roberto, um dos responsáveis, pudesse fazer a sua manifestação e
45 suspendemos a sessão para apresentação o coral. **Sr. Roberto:** Boa-tarde a todos, Senhores Conselheiros, Senhor Secretário.
46 Nós vamos cantar duas músicas: Condor, de Oswaldo Montenegro, e Tealo de Sangue, de Raul Ellwanger. Antes, porém,
47 gostaríamos de deixar uma mensagem para o Conselho, que diz o seguinte: “O nosso coro tem pessoas de formações variadas,
48 somos bibliotecários, economistas, administradores de empresas, engenheiros, contadores, químicos, advogados, jornalistas e
49 outros. No início uma questão forte nos unia: *a preservação ambiental*. Algum de nós iniciou a vida profissional justamente
50 como os precursores da questão ambiental, daí em diante deixou de ser profissão, virou mania, os mais novos seguiram essa
51 trilha. Um dia, em 2003, nos corredores da FEPAM, cantamos contra a degradação do nosso ambiente natural. Então,
52 percebemos que o canto também é uma forma de luta; então, pegamos gosto, por aí não paramos mais. Fizemos versos contra a
53 poluição do nosso solo, do nosso ar e da nossa água, cantamos o fulgor das algas, cantamos o crepúsculo único da querida Porto
54 Alegre, desejamos o minuíano das nossas coxilhas, cantamos o emplumado Quero-Quero, a carrancuda capivara e o gracioso
55 Bem-Te-Vi, cantamos as águas rápidas do Paranhama, o frescor do Uruguai e o grande bebedouro dos Patos. A agonia dos
56 Sinos prantearemos em um *rack*, na sua volta para a vida proclamaremos aleluia! Enquanto o Criador não nos mandar um sopro
57 de vida cantaremos as lindas terras continentinas e a vida da gauchada para agora e para o futuro”. Assina a Diretoria do Coro,
58 Rosaura Nunes Silva, Secretária; Cléninha Camargo, Tesoureira; Deisi Cooker, a nossa Maestrina, e eu Roberto Santos,
59 Coordenador. **Sr. Presidente:** Suspensa a sessão. (*Apresentação do coro da FEPAM*). Antes da retirada do coral eu faço
60 questão de manifestar que iniciativas como da natureza do Roberto, da Deisi, enfim, de toda equipe do coral, o Marcos, a
61 Eliane, engrandece não só a atividade fim, mas engrandece os servidores, engrandece o corpo funcional da FEPAM e da
62 Secretaria. Enfim, dando um sentimento bom, contributivo para que nós possamos ter cada vez mais capacidade de diálogo,
63 cada vez mais capacidade de construir um Estado melhor e um sistema de meio ambiente melhor. E, conseqüentemente, um
64 ambiente bom, um ambiente extremamente fraterno. Então, fica registrada a leitura da mensagem, vai ser montada ao
65 expediente formativo do conteúdo das reuniões, mas, acima de tudo, ao invés desses registros formais, eu penso que um
66 sentimento nosso ficará muito mais forte, o registro da apresentação de todos vocês e da mensagem que foi lida. Se não houver
67 discordância, ao final dos assuntos do CONSEMA, se os Conselheiros concordarem, nós possamos repetir essa prática ou
68 torná-la até um motivo muito importante de aproximação entre todos nós que participamos desses eventos, o colegiado aqui do

69 CONSEMA, mas eu tomo a liberdade de já convidá-los para a próxima sessão do CONSEMA, não lembro a data agora, mas
70 serão previamente informados. Então, havendo disponibilidade, penso que não haverá qualquer oposição de qualquer
71 Conselheiro, sempre à nossa prévia a audição do nosso coral da FEPAM. Muito obrigado. (Palmas). **1. Discussão da Ata da**
72 **109ª Reunião Ordinária do CONSEMA.** Reabrimos os trabalhos, o primeiro item de pauta é sempre a leitura da ata. Eu
73 consulto os Conselheiros se todos receberam, previamente, por *e-mail*, se chegaram a consultar a ata da sessão anterior, que
74 deve estar disponibilizada na Secretaria. Se todos Conselheiros fizeram a leitura da ata, nós podemos proceder a dispensa da sua
75 leitura, otimizando os trabalhos? Podemos dispensar a leitura? Quem for favorável à leitura da ata da sessão anterior, por favor,
76 levante o cartão. Vinte e dois. Quem é contrário à dispensa da leitura? Quem se abstém? Uma abstém e nenhuma contrariedade.
77 Há alguma correção a ser feita? Conselheira Lisiane, da Mira-Serra. **Sra. Lisiane Becker:** Boa-tarde. Tenho algumas pequenas
78 correções. Na linha 128, está: “Eu não poderia deixar de armar uma contrapartida”; ao invés de “dar”. Na linha 143: “Mas ele
79 pode ensejar em PPN’s”, é “ensejar a criação de RPPN’s”. Na 500: “Deveríamos ver o princípio da precaução”, e não
80 “preclusão”. Na linha 502 ficou bastante confuso, eu solicito que desse uma revisada, porque um município teve o plano e o
81 outro não. É só. **Sr. Presidente:** Mais algum dos Conselheiros quem fazer retificações na ata? Então, vou pedir ao serviço de
82 taquigrafia que revise, em especial na degravação, essa colocação feita pela Conselheira Lisiane, pela incompreensão, pelo
83 menos aparente, da narrativa, que fica incompreendida nessa manifestação que teria sido realizada. Agora a palavra com o
84 Secretário Executivo para fazer a leitura das Comunicações. **2. Comunicações. Sr. Tiago Castagnetti:** Passamos às
85 comunicações. Primeira comunicação: Secretaria das Obras Públicas, o Secretário de Estado das Obras Públicas, Coffy
86 Rodrigues, indica o Sr. Carlos Alexandre Varante Ávila como representante da Secretaria das Obras Públicas no CONSEMA
87 para a reunião de hoje. Segunda comunicação: Secretaria de Planejamento e Gestão, assinada por Mateus Afonso Bandeira,
88 Secretário de Estado do Planejamento e Gestão, onde informa que a Sra. Alice Lopes de Oliveira participará desta 110ª Reunião
89 Ordinária do CONSEMA, em vista do Sr. Josué Vieira da Costa, representante suplente, não poder comparecer em razão de
90 outros compromissos inadiáveis no mesmo horário. Ofício da Secretaria da Infra-Estrutura e Logística, assinado pelo
91 Conselheiro Edmundo Fernandes da Silva, onde diz que impedido de comparecer a esta 110ª Reunião Ordinária, apresenta o Sr.
92 João Carlos Félix, Assessor Técnico na Secretaria de Infra-Estrutura e Logística para representá-lo nesta ocasião. Ofício da
93 Secretaria Executiva do CONSEMA para a Presidência do CONSEMA, Ofício nº 09/2008, datado de 04/07/2008: “Pelo
94 presente levo à consideração de Vossa Excelência a reativação da Câmara Técnica Permanente de Gestão das Águas. Conforme
95 deliberado na 108ª Reunião Ordinária deste Colegiado, as Entidades faltosas foram oficiadas a manifestarem-se no prazo de 05
96 dias sobre o interesse em continuar fazendo parte da Câmara Técnica de Gestão das Águas, sob pena de exclusão imediata”.
97 Sendo elas, então: FEPAM, Instituição Universitária Privada, IBAMA e INGÁ. Depois disso, a FEPAM tendo recebido ofício
98 em 24/06, em 04/07 manifestou interesse em continuar, através do Ofício nº 8475, indicando as representantes Sra. Maria Lúcia
99 Bernardes Coelho da Silva e a suplente Ana Lúcia M. Rodrigues. Também a Instituição Universitária Privada recebeu o ofício
100 em 30/06 e em 02/07 manifestou o interesse em continuar, indicando através do Ofício nº 208/2008 o Professor Eduardo Aléxis
101 Lobo Alcayaga como membro titular dessa Câmara. O IBAMA recebeu o ofício em 25/06 e não se manifestou. E o INGÁ
102 recebeu o ofício em 13/07, e respondeu pedindo o desligamento da Câmara Técnica através do Ofício nº 28/2008. Comunico
103 também que em 15/07 a Câmara Técnica de Gestão das Águas retomou os trabalhos em reunião com *quorum* regimental,
104 elegendo a Presidente, Sra. Carla Leal Cosa, representante do Comitê de Bacias Hidrográficas, aprovando o cronograma de
105 reuniões para o corrente ano e dando encaminhamento aos demais itens da pauta. Também ofício da Secretaria Executiva
106 011/2008, onde eu comunico ao Sr. Presidente a situação dos faltosos, que tendo sido oficiados manifestaram-se pela
107 ratificação das suas representatividades nas Câmaras Técnicas: ONGS Mira-Serra na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos;
108 IBAMA na Câmara Técnica de Educação Ambiental; Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais na Câmara
109 Técnica de Biodiversidade e Política Florestal, na Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria e na de Educação
110 Ambiental; Secretaria da Ciência e Tecnologia na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada; Secretaria de Infra-Estrutura e
111 Logística na Câmara Técnica de Controle e Qualidade e Recursos Atmosféricos e Poluição Veicular; Secretaria da Segurança
112 Pública na Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria, Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental, Câmara
113 Técnica de Resíduos Sólidos, Câmara Técnica de Mineração, Câmara Técnica de Recursos Administrativos e de Poluição
114 Veicular; ONG Amigos da Floresta na Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria e na Câmara Técnica de
115 Biodiversidade e Política Florestal; Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul em todas as Câmaras Técnicas. Também e
116 ratificaram a FIERGS na Câmara Técnica de Biodiversidade; o SINDIÁGUA também ratificou a indicação da Sra. Eloísa
117 Quines na Plenária do CONSEMA, o SINDIÁGUA também indicou novo representante para a Câmara Técnica de Gestão
118 Compartilhada Estado de Município, que é o Sr. Mauro Canabarro, e para a Câmara Técnica de Gestão das Águas o Sr. Lúcio
119 Martins Guetel. Ainda ratificaram a presença o Centro de Biblioteconomia do Rio Grande do Sul a Câmara Técnica de
120 Biodiversidade, na Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e na Câmara Técnica de Agrotóxicos. Ainda a
121 FAMURS na Câmara Técnica de Biodiversidade e Política Florestal, na Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria, na
122 Câmara Técnica de Recursos Administrativos e na Câmara Técnica de Recursos Atmosféricos e Poluição Veicular. Ainda o
123 INGÁ na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. O Núcleo Amigos da Terra é um caso em especial, onde, através do Ofício nº
124 04/2008, esclareceu que foram nomeados para compor o CONSEMA em 25/06, sendo assim, as faltas computadas a mesma, no
125 primeiro semestre de 2007, não procedem, não tendo infringido o Regimento Interno, em especial o art. 8º, a referida Entidade
126 ambiental não precisará indicar novos representantes para o CONSEMA. Aguarda-se manifestações das seguintes Entidades:
127 Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, relativo à Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria; Secretaria do
128 Planejamento e Gestão, relativo à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Câmara Técnica de Gestão Compartilhada Estado e
129 Município; Fórum Gaúcho de Comitês e Bacias Hidrográficas, relativo à Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria,
130 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, Câmara Técnica de Educação Ambiental, Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, Câmara
131 Técnica de Mineração, e a Secretaria de Infra-Estrutura e Logística, relativo à Plenária. Ofício da Mira-Serra nº 038/2008, que
132 pede o desligamento da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: “Prezado Senhor, vimos por meio deste oficializar a nossa
133 exclusão da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos, conforme já informado em mensagem eletrônica enviada
134 anteriormente”. Ofício da FAMURS nº 148, de 21/08/2008: “Prezado Senhor, a FAMURS – Federação das Associações de

135 Municípios do Rio Grande do Sul, Entidade que representa oficialmente os municípios gaúchos, tem a satisfação de
136 cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, solicita a sua interferência para que as unidades ambientais da Brigada
137 Militar, existentes no interior do Estado, sejam informadas da relação de municípios que estão habilitados para efetuarem
138 licenciamento ambiental de atividades de impacto local. Nesse sentido acusamos o recebimento de várias reclamações de
139 municípios, referente a excessos e desconsiderações por parte de policiais militares quanto à existência de licenciamentos nos
140 empreendimentos efetuados pelo município, visando esclarecer o exposto, anexamos expediente efetuado em Novo Hamburgo,
141 onde o agente da Brigada Militar autuou o empreendimento que detém documentação cabível e imediatamente deu
142 conhecimento de tal ação ao Poder Judiciário, causando transtorno ao munícipe, ao município e demonstrando total descaso ao
143 Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, instituído pela Lei Federal nº 6.938, que torna o município ente federado
144 licenciatório. Sendo assim, pedimos que o CONSEMA interfira para mudar esse quadro, pois somente com o diálogo e
145 cooperação poderemos ter melhores relações e um meio ambiente melhor e preservado. No aguardo de uma atitude
146 subscrevemo-nos, renovando os nossos votos de estima, admiração e amizade. Atenciosamente, Prefeito Elir Domingo Girard –
147 Presidente da FAMURS”. **Sr. Presidente:** Foi recebido em gabinete, dirigido ao Presidente do Conselho, que é o Secretário, e
148 foi atuado expediente administrativo para juntar esses elementos, número de municípios qualificados ou municípios com
149 competência ampliada e assim por diante, como havia sido mencionado aqui. Sem fazer valoração da atividade da Polícia
150 Militar, até porque não caberia ao Presidente do Conselho ou ao Secretário fazer qualquer crítica ou tecer qualquer observação
151 sobre a atividade policial militar, de polícia administrativa ambiental. De qualquer maneira eu faço esse registro, nós recebemos
152 o ofício, foi aberto expediente para colher esses dados objetivos. O Cel. Ladimir representa o Comando Ambiental, vamos
153 encaminhar ao senhor, para o senhor ver se tem interesse ou não em prestar algum esclarecimento à FAMURS, que é um juízo
154 valorativo da Corporação. A palavra com o Cel. Ladimir, o Valtemir também quer falar? Três minutos, no máximo, já que é
155 uma manifestação dirigida da Corporação, em especial à Polícia Ambiental. **Sr. Ladimir da Silva:** Boa-tarde a todos. Eu
156 gostaria de solicitar que fosse encaminhada uma cópia desse documento ao Comando Ambiental, até para que nós possamos
157 verificar o fato ocorrido, porque eu desconheço o fato. Na próxima reunião do CONSEMA trarei melhores esclarecimentos, até
158 porque fomos citados e, via de regra, a atuação da Brigada é técnica e atende a todos os preceitos legais estabelecidos na
159 legislação ambiental. Então, com certeza, eu posso afirmar que, efetivamente, se aconteceu algum excesso nós corrigiremos a
160 nossa atuação. Como é um procedimento técnico, não fazendo um pré-juízo, mas o que normalmente acontece, pela nossa
161 experiência, é que, às vezes, o empreendimento tem licenciamento e tem aquelas condicionantes dentro do licenciamento
162 cumpridos adequadamente. Em razão disso que muitas vezes acontecem as autuações. Eu peço que encaminhe a documentação,
163 vamos verificar e na próxima reunião do CONSEMA, com certeza, traremos a resposta. **Sr. Presidente:** Já foi deferido e
164 determinada a prestação de cópia. Conselheiro Valtemir, representante da FAMURS. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Boa-tarde,
165 Senhores Conselheiros, Sr. Presidente. A nossa manifestação já tínhamos feito pessoalmente para a Brigada Militar. Eu entendi
166 que o assunto estava resolvido, mas o Presidente da FAMURS entendeu que deveria encaminhar o expediente ao Presidente do
167 CONSEMA. E o nosso objetivo, ao provocar esse assunto, é de que nós pudéssemos ter uma relação no tocante aos municípios
168 que estão licenciando, similar, parecido, talvez usando a mesma fórmula, para a qual nós somos submetidos, Tenente Coronel,
169 pelo Tribunal de Contas. O que acontece com o Tribunal de Contas? O Tribunal de Contas tem o poder de entrar em todos os
170 municípios e auditar nossas contas; mas qual a relação com o Tribunal de Contas? As pessoas se apresentam na Prefeitura,
171 dirigem-se ao Prefeito e daí adentram e fazem auditorias. Em relação à Brigada Militar, o pedido e o sonho que a gente tem, é
172 que a gente pudesse integrar as nossas equipes de fiscalização com as equipes de fiscalização da Brigada Militar. Nesse caso em
173 tela, é um caso, é uma exceção, era uma obra de construção civil, tinha licenciamento do município. Pessoalmente, entreguei
174 uma cópia do expediente para o Capitão Rodrigo, este de Novo Hamburgo, e houve realmente um procedimento onde houve o
175 embargo, a apreensão dos equipamentos que lá estavam trabalhando e era uma obra de construção civil, onde o município tinha
176 feito uma licença de construção para aquele empreendimento. Lá em Novo Hamburgo, no caso, em relação à terraplenagem, até
177 o próprio Capitão Rodrigo me provocou em relação ao assunto, que em relação à terraplenagem a gente não tem uma normativa
178 clara em relação a exigir ou não licenciamento ambiental. No caso de Novo Hamburgo, eu fui atrás para me informar,
179 internamente, na Secretaria, tem-se uma regra, quando há corte ou aterro de qualquer empreendimento superior a 2,5m; ou seja,
180 você vai cortar um barranco que tem um corte superior a 2,5m ou vai aterrar uma área com altura de aterro superior a 2,5m,
181 precisa de licenciamento ambiental, inferior a isso se fornece uma isenção de licenciamento. Isso é uma atitude interna, porque
182 a legislação é omissa. Então, nesse caso, é uma obra de construção civil. Depois disso, à medida que o Presidente da FAMURS
183 se manifestou, houve outras manifestações, que não cabem neste momento. Só esclarecendo que nós gostaríamos, se a Brigada
184 receber uma denúncia no município habilitado, se houver essa possibilidade, na pior das hipóteses convocar o servidor
185 municipal para acompanhar a Brigada Militar. Eu entendo que isso vai evitar uma série de gastos, porque naquele caso
186 específico de Novo Hamburgo, segundo a informação que nos foi dada, a equipe foi deslocada de Capão a Canoa para Novo
187 Hamburgo para fazer a autuação. Então, era nesse sentido, Colega da Brigada Militar, que a gente gostaria de encaminhar, no
188 sentido de encontrar uma solução. Não queira entender que nós estamos contra a Brigada Militar, não, eu acho que dentro da
189 relação com o SISNAMA, se o SISNAMA lá de 1981 pregou essa idéia de que todos os entes federados são integrados do
190 SISNAMA, acho que a gente pode encontrar uma alternativa para trabalhar de forma conjunta. Obrigado, Sr. Presidente. **Sr.**
191 **Presidente:** Consigo que já foram providenciadas as cópias, Coronel Ladimir, vou pedir que o senhor receba. **Sr. Ladimir da**
192 **Silva (Questão de Ordem):** Eu só gostaria de deixar registrado aqui que o assunto entrou em discussão sem o nosso
193 conhecimento. Então, de maneira nenhuma eu teria como contra argumentar. E eu não tenho nem como colocar a posição da
194 Brigada Militar nesse aspecto. Então, eu gostaria de registrar que nós não fomos informados que o assunto seria discutido dessa
195 maneira. Então, que fique esse registro e que na próxima reunião, com os dados e com as informações, faremos a nossa
196 manifestação. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Volto a consignar que recebido esse expediente foi aberto para tratar dentro da
197 Secretaria Executiva e também desconhecia que viria para apresentação em Comunicação. Seguem as comunicações. **Sr. Tiago**
198 **Castagnetti:** A próxima comunicação é um ofício da AGAPAN, foi recebido hoje, remetido ao Presidente do CONSEMA, vem
199 assinado pelo Conselheiro titular, Professor Flávio Lewgoy, onde diz: “Sr. Presidente, por meio deste indico à consideração
200 desse Conselho o nome do Professor, Dr. Ludwig Backup, para membro da nossa Câmara Técnica de Biodiversidade. O

201 Professor Backup é professor titular aposentado do Departamento de Biologia da UFRGS e membro do curso de pós-graduação
202 em zoologia daquele departamento, onde orientou os candidatos a mestre e doutor. Tem diversos livros publicados na sua
203 especialidade, bem como, dezenas de publicações científicas e periódicas, nacionais e estrangeiras. Sua integração com a
204 Câmara Técnica de Biodiversidade se dá sem dúvida uma valiosa aquisição científica para essa e, conseqüentemente, para esse
205 CONSEMA. Atenciosas saudações, Flávio Lewgoy, Conselheiro Titular da AGAPAN”. Também temos um ofício remetido ao
206 Sr. Presidente do CONSEMA, datado de 21/08/2008, que vem assinado por quatro Entidades ambientais: Amigos da Terra,
207 INGÁ, Mira-Serra e AGAPAN: “Prezado Sr. Presidente do CONSEMA, considerando que as pautas abordadas nas três últimas
208 reuniões ordinárias desse Conselho centraram-se, exclusivamente, no tema da municipalização dos licenciamentos e recursos
209 administrativos; considerando que as Entidades ambientalistas do CONSEMA apresentaram em 20/12 uma dezena de itens com
210 sugestões de pautas para o exercício de 2008; considerando que debates relevantes da política ambiental estadual tem se dado à
211 margem do espaço desse Conselho, como é o caso do zoneamento agroclimatológico para a produção de agrocombustíveis,
212 com repercussão no Estado do Rio Grande do Sul e das manifestações do sub-Secretário da SEMA, pela flexibilização da
213 política estadual florestal, no que tange à proibição das queimadas, conforme notícias vinculadas na imprensa e transcritas
214 abaixo. Vimos por meio desta reforçar a solicitação de que os temas sugeridos sejam trazidos ao debate deste Conselho, entre
215 os quais o tema do zoneamento econômico ecológico estadual, de forma geral, e mais especificamente o tema
216 agrocombustíveis; considerando o zoneamento agroclimatológico, os impactos das monoculturas energéticas e do uso de
217 queimadas, o licenciamento de empreendimentos e os modelos descentralizados em curso no Rio Grande do Sul. Outrossim,
218 desejamos que seja apresentado ao CONSEMA o resultados das manifestações de interesse da permanência nas Câmaras
219 Técnicas daquelas instituições que incorreram no art. 22, do Regimento do CONSEMA, que diz respeito à frequência de
220 participação, conforme deliberação em reunião ordinária, visando informar a atual composição das Câmaras Técnicas,
221 fundamental para o seu melhor funcionamento”. Eu acredito que o último item já tenha sido perfeitamente esclarecido. Seriam
222 essas as comunicações, Presidente. **Sr. Presidente:** Em razão do oferecimento da pauta, sugestões de pautas, como foi pedido
223 no ano passado, determinado abertura de expediente para ordenar o que já foi apresentado de sugestão pelas organizações não-
224 governamentais, o que foi atendido e a remanescente para se reordenado nas sessões subseqüentes. Feitas as comunicações, réu
225 consulto o Plenário, em razão da ordem prevista de desenvolvimento de trabalhos, o próximo item é a votação da Ata da sessão
226 anterior, mas já faria uma ressalva, dizendo que nós aprovaríamos ou submeteremos à aprovação, se for aprovada que fosse
227 tomada a ressalva apresentada pela Conselheira Lisiane Becker, da Mira-Serra, em relação às observações e correções
228 determinadas, bem como, a incompreensão identificada no texto. Quem a favor da aprovação da ata da 109ª Reunião, por favor,
229 que se manifeste, com essa observação feita. Vinte e quatro. Quem é contrário? Abstenções? Nenhuma abstenção e nenhuma
230 contrariedade. Aprovada a ata com essas observações. O seguimento seria a qualificação de cinco municípios, depois teremos
231 Recursos Administrativos, temos a apreciação de um recurso administrativo e depois o debate sobre uma minuta de resolução
232 que orienta protocolo de cooperação técnica intermunicipal e depois entramos em Assuntos Gerais. Em seguimento, o Pieper
233 vai fazer a apresentação. Pela ordem é o Município de Caseiros, Cotiporã, Ibirapuitã, Salvador do Sul e Victor Graeff. Já é uma
234 praxe, em havendo representantes dos municípios, ao final das apresentações, não sei se os senhores preferem que sejam
235 apresentados município por município ou preferem que o Pieper faça a apresentação de todos e depois nós abrimos espaço para
236 debate? *(todos)*. após a apresentação nós abriremos um pequeno espaço para que os representantes, temos aqui de Cotiporã,
237 Victor Graeff, Salvador, Ibirapuitã, para poderem fazer uma breve justificativa do interesse do município na sua qualificação. **3.**
238 **Qualificação de Municípios. Sr. Niro Afonso Pieper:** Boa-tarde, Senhores Conselheiros, convidados. Sr. Presidente, vou
239 fazer a leitura na ordem alfabética, iniciando pelo Município de Caseiros. Caseiros fica na região nordeste, há algum tempo
240 vários municípios foram habilitados nessa região metropolitana que é conhecida por ter lá um trabalho bastante integrado da
241 Associação de Município – AMUNOR, que era bastante difundido, inclusive, fora do Estado eram procurados. E Caseiros é um
242 dos remanescentes dessa associação, que agora está no Plenário. A população é de 2.900 habitantes e área territorial de 235Km.
243 Tem uma estrutura voltada ao meio ambiente é uma Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento e Meio Ambiente, e
244 a equipe técnica é formada por um médico veterinário, um fiscal que atende a Resolução nº 167/2007, e a equipe
245 multidisciplinar é na Empresa Araucária, através desse contrato e convênio com a Associação de Municípios – AMUNOR. A
246 base econômica é a cultura da soja, milho, feijão e trigo; a pecuária é bovinocultura e avicultura de corte; algumas fábricas de
247 tijolos, madeira, imóveis, metalurgia e padaria. Os principais locais ambientais diagnosticados no plano ambiental são:
248 saneamento, falta de distribuição de água potável, uso inadequado dos agroquímicos e a degradação de mata ciliar e mata
249 nativa. Os projetos são: Programa de Educação ambiental, Coleta seletiva de lixo na área urbana, coleta seletiva de lixo na área
250 rural, projeto de reflorestamento, o que foi bastante debatido na Câmara Técnica, porque ele engloba tanto reflorestamento com
251 espécies exóticas quanto com nativas. O projeto de saneamento básico rural e um projeto de tratamento adequado de dejetos
252 animais confinado. O seu último projeto também é regional e recebe recursos da consulta popular do Estado. As pendências
253 apontadas: ausência de zoneamento ambiental, com aptidões e restrições, essa ausência do zoneamento já vinha no parecer do
254 Relator, aprovado na Comissão de Municipalização e na Câmara Técnica se enfatizou o aprimoramento da carta temática sobre
255 o uso ocupação do solo. Esse processo foi aprovado por maioria, um voto contrário. Posso fazer esclarecimentos após, agora
256 nós passamos para o Município de Cotiporã. **Sr. Presidente:** Alguma observação importante a fazer? Já está no vídeo, facilita a
257 vida. H alguma observação importante a fazer da avaliação do plano? Já se faz tudo de uma vez. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr.
258 Presidente, eu estava apenas abrindo a possibilidade de eventual questionamento. A apresentação da Câmara Técnica, como de
259 costume, é restrita a esses pontos principais. O Município de Cotiporã, eu faço uma observação, na verdade, ele já teve o seu
260 processo aprimorado por ter sido no primeiro momento rejeitado na Câmara Técnica. Então, esse já levou um aprimoramento
261 do planejamento do Município de Cotiporã. Cotiporã fica na região próxima a Caxias do Sul, população de 4 mil habitantes,
262 área territorial de 183Km². A estrutura está na Secretaria Municipal da Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social, o
263 licenciador é o Engenheiro Agrônomo, tem também um fiscal, e a equipe multidisciplinar é uma empresa de consultoria, que
264 disponibiliza um Biólogo, um Engenheiro Químico, um Engenheiro Agrônomo e um técnico agrícola. A base econômica é a
265 fruticultura, também soja e milho; a criação de aves e suínos e indústrias de jóias, móveis, esquadrias, vinhos e espumantes. Os
266 principais impactos ambientais diagnosticados: poluição da água e solo por esgoto cloacal, resíduos de agrotóxicos e resíduos

267 sólidos, a emissão de efluentes líquidos e industriais, supressão de vegetação nativa indevidamente, implantação de atividades
268 produtivas sem o devido licenciamento, os dejetos de animais e efluentes químicos, queimadas e caça ilegal. Aqui cabe uma
269 observação, não há nenhum programa para enfrentar, porque foi argumentado e aceito de que é tão remanescente, tão pouca
270 frequência esse impacto da queimada, não caberia um programa e sim tratá-lo dentro da educação ambiental, instituindo o
271 programa de criação de uma floresta municipal, ainda não definida qual a categoria. A implantação de um sistema de coleta e
272 tratamento de esgotos cloacais, monitoramento e fiscalização ambiental, gestão de resíduos sólidos e efluentes líquidos,
273 educação ambiental. O processo foi aprovado por maioria, com abstenção. Passamos ao Município de Ibirapuitã, que fica
274 próximo a Soledade, Tio Hugo, Passo Fundo, no alto da serra do Botucarái, próximo ao planalto médio. População de 4.222
275 habitantes, área territorial de 300Km². A estrutura, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a equipe técnica é
276 formada por um Engenheiro Civil e um técnico agrícola. O relatório que os senhores receberam consta um técnico rural, que, na
277 verdade, é um técnico agrícola e temos no processo a Portaria nº 1.994/2008, que designa o servidor concursado Laércio, é
278 Engenheiro Civil, mas tem a função também de licenciador. Também existe o fiscal ambiental, que atende aos requisitos da
279 resolução e também consta no processo a existência de contrato com uma empresa de consultoria, que disponibiliza o
280 Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, um Geólogo e um Químico. A base econômica é soja, trigo e milho, e nas
281 pequenas propriedades também a cultura de feijão e fumo. Na pecuária um destaque para a bovinocultura de corte de leite e as
282 indústrias, olarias sendo listadas no plano, se eu não me engano, mais de uma dezena. Os principais impactos locais: resíduos
283 sólidos urbanos e industriais de serviços; supressão de vegetação nativa sem o devido licenciamento ambiental; carência de
284 mapas ciliares de matas nativas nobres, drenagem de banhados e nascentes, barramento de curso d'água, erosão e assoreamento;
285 também queimadas; destino inadequado de embalagens de agrotóxicos; poços artesianos desativados e mal vedados; falta de
286 consciência ambiental (esclarecimento e informação ambiental); criação de animais em área urbana, no caso de suínos;
287 ocupação irregular de APP; ausência de saneamento e o manejo inadequado de arborização urbana. A questão dos poços mal
288 vedados, lembro quando foi analisado do município vizinho, esse mesmo assunto foi abordado. Programas e projetos:
289 recuperação e conservação das fontes naturais d'água, que é um projeto que a EMATER desenvolve fortemente nos municípios,
290 em pequenas propriedades; conscientização da comunidade sobre as leis ambientais, comunidade urbana e rural; a instalação de
291 caixas d'água próprias para abastecimentos dos pulverizadores de agrotóxicos; coleta seletiva e reciclagem do lixo;
292 levantamento e diagnóstico da situação dos poços rasos abandonados; captação de águas fluviais pelo uso das cisternas;
293 repovoamento da araucária; adesão ao programa da Secretaria do Meio Ambiente Estadual; coleta de materiais com potencial
294 poluidor (pilhas lâmpadas, baterias); levantamento quali e quantitativo da arborização urbana com um projeto de intervenção e
295 manejo; limpeza de lixo e entulho nos rios e arroios do município; o incentivo e orientação às práticas de conservação e manejo
296 do solo, de uso controlado de defensivos agrícolas. Ainda um Programa de Educação Ambiental; levantamento e cadastramento
297 de atividades de empreendimentos que necessitam de licenciamento; implantação de saneamento básico; recolhimento de
298 embalagens vazias de agrotóxicos; recuperação da mata ciliar; fomento florestal; desocupação do repovoamento de espécies da
299 flora regional; implantação de áreas verdes; coleta de lixo no meio rural e fiscalização ambiental. Aprovação por maioria e um
300 voto contrário e abstenções. Passamos ao Município de Salvador do Sul, aqui não diz a região, mas é a região do começo da
301 serra, nós analisamos a pouco tempo o Município de Barão, que aparece como limítrofe, são próximos. A população de 7 mil
302 habitantes e área territorial de 100km². Administração voltada ao meio ambiente, dentro da Secretaria da Agricultura e Meio
303 Ambiente. O licenciador é um médico Veterinário, existe um fiscal e a equipe multidisciplinar é um Geólogo e Agrônomo. A
304 base econômica é o setor primário responsável por quase 60% do produto interno bruto, o secundário um terço e o terciário com
305 apenas 7,5% do PIB. Os principais impactos ambientais são o desmatamento. Os programas são relacionados com
306 agropecuária, com criação de culturas; coleta seletiva de lixo; manejo de florestas exóticas para a produção de madeiras;
307 queimadas; produção de carvão; falta de planejamento e legalização de alguns loteamentos; e saneamento básico. **Sr. Valtemir**
308 **Goldmeier:** Não entendi quando fala em impacto ambiental a coleta seletiva. **Sr. Niro Afonso Pieper:** É a ausência da coleta
309 seletiva de lixo, mas posso confirmar. Os programas e projetos: educação ambiental; controle de (*inaudível*); reflorestamento de
310 áreas e preservação permanente, coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. O projeto já está respondendo a pergunta do
311 Valtemir, sobre o impacto, que o projeto está aí para enfrentá-lo. E saneamento de esgoto e patrulha ambiental. No parecer que
312 os senhores receberam consta "inexistência de um programa de coleta seletiva no município". Agora será implantado, porque é
313 compromisso do plano ambiental, consta como projeto ou como programa. As pendências são a elaboração de um zoneamento
314 ambiental e o aprimoramento em cartas temáticas de geologia, hidrografia e aptidões de solo, são pequenas adaptações, todas
315 estão listadas nesses mapas, eles têm condições de uso. E um projeto que foi sugerido, os próprios técnicos e o Secretário do
316 Município estavam presentes e me pareceram acolher esse projeto de reposição florestal em áreas degradadas e não apenas em
317 lugares em que a legislação assim determina. E esse processo foi aprovado por maioria, com abstenções. **Sra. Lisiane Becker:**
318 Tem certeza que foi abstenção? **Sr. Niro Afonso Pieper:** No encaminhamento consta, inclusive, um abstenção. Como não é
319 gravado lá eu terei que olhar a ata, que será aprovada na próxima reunião, mas foi aprovado. Não sei se a Conselheira votou
320 contrário e contou como abstenção. **Sr. Tiago Castagnetti:** Se tu me permitires um esclarecimento, Pieper, eu secretariei essa
321 reunião e recordo que fui bem preciso na anotação das abstenções, dos votos favoráveis e contrários. Vamos disponibilizar a
322 ata, principalmente para a senhora, Conselheira Lisiane. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Nós primamos por anotar exatamente o que
323 acontece na reunião, justamente porque temos que primar por essa condução. Por último, o Município de Victor Graeff, que não
324 fica muito longe de Ibirapuitã, também na mesma região, início do Planalto, ali estão os limites, próximo do Município de
325 Espumoso, que é o mais populoso em redor. Tem uma população de 3.150 habitantes. O mais conhecido é a Lagoa dos Três
326 Cantos na região, também Não-Me-Toque é um município bastante conhecido na região. Área territorial de 238km². A estrutura
327 voltada ao meio ambiente, um Departamento Municipal de Meio Ambiente dentro da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e
328 Econômico. O licenciador é um Engenheiro Civil, a figura do fiscal do município eu vou conferir, eu acho que ele é um técnico
329 concursado. Sim, é uma servidora, aprovada e concurso público. E a equipe multidisciplinar é uma empresa de consultoria com
330 um Agrônomo, Biólogo, Engenheiro Químico, um Químico, um Geólogo e um Geógrafo. A base econômica é a agricultura, a
331 produção mecanizada de grãos; na pecuária é bovino, de corte e leite, e o predomínio é de pequenas propriedades. Não há
332 grande destaque para a indústria. E os principais impactos ambientais são saneamento, falta de um projeto de resíduos sólidos e

333 poluição hídrica, assoreamento, contaminação por esgoto e lixo e redução da mata ciliar. E os programas e projetos:
334 fiscalização ambiental; gerenciamento integrado; saneamento ambiental, áreas urbanas e rurais, conservação e recuperação da
335 vegetação em potencial dos recursos do município; arborização urbana e educação ambiental. Esse processo foi aprovado com
336 unanimidade, ainda que falte a complementação para o saneamento em especial. São esses os relatórios, Sr. Presidente. **Sr.**
337 **Presidente:** Pergunto, há representante do Município de Caseiros? E o representante de Cotiporã quem seria? O Sr. Vander
338 Zanelatto, Prefeito em exercício, a Sra. Sandra, Secretária da Administração, a Sra. Deise, que é Assessora. **Sr. Vander**
339 **Zanelatto:** Boa-tarde a todos. Sou o Prefeito em exercício do Município de Cotiporã. Eu venho aqui pedir a qualificação do
340 Município de Cotiporã, o licenciamento ambiental, que vem de encontro com os anseios da população, que é, essencialmente,
341 agrícola, sendo que a possibilidade de um licenciamento ambiental, em nível municipal, favorecerá o desenvolvimento da
342 produção rural. O município atendeu os requisitos para a municipalização no meio ambiente, sendo que a resposta positiva do
343 CONSEMA certamente contribuirá para o crescimento de Cotiporã. Então, venho pedir o apoio dos companheiros e muito
344 obrigado. **Sr. Presidente:** Obrigado, representante do Município de Ibirapuitã, Ângelo Guering, Secretário Municipal da
345 Agricultura. **Sr. Ângelo Almeida Guering:** Primeiramente, quero cumprimentar o Presidente do Conselho e demais membros,
346 o meu boa-tarde a todos. Como o Pieper já relatou, é um município com uma extensão grande, quase 300km² de área, é um
347 município essencialmente agrícola, tendo 13 olarias, que traz emprego e renda ao nosso município. Eu também peço a
348 compreensão de todos com a aprovação, para que isso leve o nosso município a um desenvolvimento socioeconômico, a
349 geração de emprego e renda, e a sustentabilidade do nosso município. Agradeço a atenção de todos, muito obrigado. **Sr.**
350 **Presidente:** Obrigado, Secretário Ângelo. Salvador do Sul, o Secretário Cláudio Schuzter. **Sr. Cláudio Schuzter:** Boa-tarde.
351 Eu vim aqui para pedir apoio ao nosso projeto, ficando somente pendente a questão do zoneamento. Os técnicos já estão
352 providenciando e será enviado nos próximos dias. **Sr. Presidente:** Obrigado, Secretário. Município de Victor Graeff, o Marcos
353 Luciano, coordenador do Departamento de Meio Ambiente. **Sr. Marcos Luciano Marzendorf:** Boa-tarde a todos. Eu sou o
354 Coordenador do Departamento, que é vinculado à Secretaria da Agricultura do Município. A gente tem um grande interesse em
355 melhorar o meio ambiente, os anseios da comunidade são grandes, as pessoas procuram, querem regularizar as suas obras,
356 construções, as suas propriedades, facilitando que eles possam procurar o Município, ficará mais fácil a elas com a
357 municipalização. Então, eu peço aos Conselheiros para que aproveem a municipalização do nosso Município. Obrigado. **Sr.**
358 **Presidente:** Algum dos Conselheiros quer se manifestar pontualmente? A Conselheira Lisiane já havia pedido a palavra,
359 também o Conselheiro Paulo Brack. **Sra. Lísia Renata Beck:** Eu vou iniciar pela ordem, primeiro, o Município de Caseiros. O
360 Município de Caseiros seria uma preocupação minha pelo voto contrário, porque não me pareceu, olhando o plano ambiental,
361 que eles tenham uma preocupação ambiental. Há falta de biólogos, não tem uma ONG, nada. Eu havia feito várias
362 recomendações, que não eu achei que foram contempladas no plano ambiental, com vista ao melhoramento do meio ambiente.
363 No processo do Município de Cotiporã a abstenção, na verdade, deu-se depois de termos debatido. Então, realmente, é um
364 município que tem condições de melhorar, não sendo necessário uma crítica maior. No processo de Ibirapuitã também fui
365 contra, porque não apresenta nenhum biólogo, nem mesmo uma empresa contratada. Existe no plano uma confusão muito
366 grande sobre nativos, o que é eucalipto, como vão fazer para gerenciar a parte superficial em relação aos dois aquíferos que eles
367 contêm. Por fim, também, eles não têm um cronograma, também foi debatido, o mapa estava com uma escala muito pequena,
368 problema de área de uso, que ficou maior que a área do município, a vegetação também está bastante confusa. Então, não vejo
369 como o município vai fazer licenciamento, mas o que mais me preocupa não é o licenciamento, o que me preocupa é a gestão
370 ambiental. O nosso foco aqui é se o município tem condições de fazer gestão ambiental. A maioria dos municípios quer fazer
371 licenciamento, a gestão fica em segundo plano. E Salvador do Sul, que eu acredito não ter sido abstenção, mas tudo bem. Eu
372 achei incrível que não houve uma análise técnica sobre os problemas, os impactos, mas sim a empresa que foi contratada
373 realizou o trabalho sobre consultas populares. Também não apresentou uma carta temática, foi vista como uma imagem de
374 satélite, e o zoneamento novamente ficou prejudicado, embora já tenha sido amplamente discutido aqui, que não é obrigatório;
375 mas, realmente, sem o zoneamento não tem como nós encaminharmos qualquer tipo de licenciamento para o município. Então,
376 fica prejudicado, realmente, esse prazo de entrega, como já foi visto aqui no CONSEMA, muitos ainda não entregaram, já
377 passaram do prazo, com alguns se perdeu contato e não entregaram. Então, não me sinto confortável em aprovar município que
378 não entrega seu zoneamento, não tendo certeza que dentro do prazo solicitado pela Câmara Técnica vai entregar. **Sr.**
379 **Presidente:** A senhora está encaminhando manifestação contrária à qualificação de Caseiros, Ibirapuitã, Salvador, Victor
380 Graeff? Cotiporã foi manifestação favorável? **Sra. Lisiane Becker:** Cotiporã é abstenção. **Sr. Presidente:** Sim, a senhora vai se
381 abster. E em relação a Victor Graeff é contrária também? Ok, obrigado. O Conselheiro Brack, do INGÁ. **Sr. Paulo Brack:**
382 Boa-tarde a todos. Eu sigo a linha da Lisiane. Eu considero que os municípios necessitam facilitar a vida do empreendedor, eu
383 acho que é uma demanda que, obviamente, a gente acha necessário, até para ver que o meio ambiente não tem essa cara ruim,
384 porque a gente sabe que o meio ambiente é considerado, às vezes, de uma forma não positiva, enfim, pelas pessoas em geral.
385 Então, eu acho importante isso tudo, porém, de repente, o zoneamento e a gestão ambiental desses municípios tem que ter
386 diretrizes que sejam permanentes. Nós temos que pensar que esses municípios, por exemplo, em relação à biodiversidade, que é
387 uma área que eu trabalho, flora, fauna, matas e tal; que nesses planos diretores existe um zoneamento onde aquelas áreas seriam
388 consideradas, permanentemente, florestas, banhados, um tipo de ecossistema que não vai sofrer nenhum tipo de impacto. O que
389 acontece hoje? Se nós não tivermos essas diretrizes nos planos diretores, ao longo do tempo essas áreas podem ser retalhadas e
390 pelas demandas, que são múltiplas e ao longo do tempo crescentes, daqui a pouco no quebra-cabeça das demandas pode não
391 sobrar mais nada. Então, é importante que a gente defina o que tem que se cobrar, o que é importante ser mantido nesses
392 municípios, o que sejam áreas intangíveis, outras áreas com maior ou menor manejo e uso. Então, isso é fundamental. Eu
393 também não me sinto seguro em relação à questão, eu até sugiro que a gente faça município por município, porque foram
394 tantos, cinco, no final a gente até se perde, tem que retomar, é complicado, analisá-los no seu conjunto é difícil. Então, eu creio
395 que nós vamos ter que analisar um por um. Eu vi que tem município com técnicos concursado, isso é muito bom, mas outros
396 não foram colocados aqui, não foram explicitados se existe contrato. Nós já discutimos em outras reuniões que o técnico que dá
397 licença tem que ser um técnico do quadro, não pode sofrer nenhum tipo de pressão, não pode ter instabilidade no trabalho, ele
398 tem que ter liberdade para dar a licença ou não. Então, se for um CC ou um técnico que tenha um período muito curto não é

399 bom. Se eu não me engano, foi o município foi o de Victor Graeff que tem um Engenheiro Civil, esse está correto, até sou
400 favorável ao município, mas nos outros eu não vi isso. Essa informação é importante, é importante que a gente saiba que o
401 técnico seja um técnico concursado, um técnico que tenha estabilidade, para que não exista oportunidade no ato do
402 licenciamento, que passe por um julgamento, porque é uma pessoa que não pode sofrer pressão. Então, em relação a Victor
403 Graeff não tenho nenhuma restrição, nos demais não vi nenhum tipo de abordagem que diga se esses técnicos são do quadro, se
404 são concursados ou não. Obrigado. **Sr. Presidente:** Cotiporã é nomeado por portaria, pelo menos no relatório não consta se é
405 ou não servidor de provimento efetivo. É de cargo de provimento efetivo, pela explicação dos responsáveis. A preocupação que
406 o Sr. Brack diz é o seguinte: se é de cargo de provimento efetivo é por concurso público. Agora, se é nomeado por portaria é
407 formato administrativo que é dado ao servidor. Então, no caso de Victor Graeff, pela informação complementada em Plenário,
408 pela Administração, é um servidor concursado e que recebeu portaria o nomeando. **Sr. Niro Afonso Pieper:** O Município de
409 Ibirapuitã o licenciador e o fiscal são do quadro efetivo. **Sr. Presidente:** O Município de Salvador do Sul, servidor efetivo de
410 cargo, concursado. É Médico Veterinário, consta aqui. Faltou o município de Caseiros, mas convido o Conselheiro Valtemir,
411 enquanto fazemos essa informação ao Conselheiro do INGÁ. Tem aqui a Portaria nº 48, que nomeia José Girelli como
412 responsável pelo licenciamento, o servidor Tiago de Oliveira Jaques, Médico Veterinário como licenciador. Na qualidade,
413 dizendo que é servidor, presume-se que seja concursado. Então, seriam servidores concursados, nomeados na função de
414 responsável. **Sr. Niro Afonso Pieper:** No Município de caseiros não está absolutamente claro se é um servidor efetivo, em
415 sendo servidor da Prefeitura presume-se que sim. Na verdade, esse é um assunto bastante debatido e superado no Plenário,
416 porque a resolução permite, desde que exista o vínculo. Então, há essa dúvida em relação a Caseiros. **Sr. Valtemir Goldmeier:**
417 Em relação a Caseiros não há dúvida, há, na verdade, a colocação de que a pessoa que está nomeada para exercer o cargo de
418 licenciador tem um vínculo com o município, senão fica a idéia de que o município está colocando como licenciador uma
419 pessoa que não tem vínculo com o município. Na verdade, a Resolução nº 67 fala que tem que ter o vínculo. Portanto, tem o
420 vínculo. Em nome da FAMURS gostaria de manifestar e pedir o apoio de todos os Conselheiros para a gente aprove mais esses
421 cinco municípios, e eu tomei a liberdade de anotar os impactos dos cinco municípios. Praticamente todos eles o problema
422 ambiental é supressão vegetal e saneamento, porque lixo também é saneamento, a Lei Nacional do Saneamento, tem um
423 ordenamento nacional dizendo que o lixo está dentro do saneamento. Pairam as dúvidas que, eventualmente, no País e no
424 Estado a área de saneamento não está vinculada á área de meio ambiente. No tocante à exigência do zoneamento ambiental dos
425 municípios nós entendemos que é um exagero, mas não deixaremos de pedir para que os municípios cumpram. Nós entendemos
426 que é um exagero porque não há zoneamento no País ou vocês me provem que há zoneamento ambiental no País, e não há
427 zoneamento ambiental no Estado, envolvendo todo o Estado e todas as culturas, o impacto da população, tudo isso não tem.
428 Agora, de nós município é exigido, por isso nós achamos que é um exagero. Concordamos que tenha que ser feito, mas, então,
429 vamos comprar um espelinho e vamos todo mundo fazer. E vamos lá para o CONAMA, porque todos aqui de uma forma ou
430 de outra também têm representação no CONAMA, de ir lá e exigir que o País faça um zoneamento para que a partir do
431 zoneamento do País possamos fazer o zoneamento do Estado e que a partir do zoneamento do Estado se faça o zoneamento dos
432 municípios. Normalmente a água corre morro abaixo, não corre morro acima. Então, não dá o inverter as coisas. Eu só gostaria
433 de fazer essa minha manifestação, manifestação que eu faço há muito tempo e que, por isso, entendo que é um exagero. Eu não
434 estou questionando o fato de pedir, não, mas, volto a dizer, de nós municípios tudo é exigido. Então, é só essa a manifestação,
435 em relação à exigência do zoneamento e que a própria Conselheira Lisiane colocou que é algo a mais, que não é exigido pela
436 Resolução nº 167. Então, só gostaria de fazer essa manifestação, senão piam dúvidas – Estão liberando os municípios. Não,
437 espera um pouquinho! É graças a isso que a população do Rio Grande do Sul daqui algum tempo vai sentir que vai entrar um
438 processo aqui na FEPAM, em dois, três meses esse processo estará liberado, porque a FEPAM vai ter tempo para se dedicar aos
439 processos de impacto regional e impacto estadual. Estes cinco municípios aqui vão significar a redução de, no mínimo, 50% a
440 70% menos volume na FEPAM. Agora multiplica isso por quinhentos e vão ver quantos processos acabam aqui dentro. Outro
441 dia me perguntaram no Ministério do Meio Ambiente: “Valtemir, o Estado não está perdendo receita com essa tal
442 municipalização?” Eu disse: “Não, o Estado está ganhando com isso”; porque um processo de loteamento ou de um
443 parcelamento de solo de cinco, oito lotes em Cotiporã, tem que sair um carro aqui de Porto Alegre para ir lá fazer, tem que ter
444 um motorista, o técnico lá dentro, mais combustível, mais alimentação, tudo isso. Portanto, para o Estado é vantagem a
445 municipalização. Então, é nesse sentido que eu gostaria de me manifestar e pedir aos Conselheiros a aprovação desses
446 municípios. E vejam bem, o maior município que temos aqui, pela população, é o Município de Ibirapuitã com 4.200
447 habitantes. Vejam que são todos municípios de pequeno porte. Então, era só essa manifestação, colocar que nós entendemos e
448 em relação ao zoneamento auxiliaremos os municípios a obterem isso. Obrigado. **Sra. Lisiane Becker:** Eu concordo em parte
449 com o Conselheiro Valtemir, embora ele tenha tirado um pouco do foco do que eu falei. Na verdade, os meus votos não se
450 basearam em cima do zoneamento. Quando se fala em zoneamento a gente pensa um pouco mais, agora, tem várias outras
451 inconsistências dentro dos planos. Referente a quem ganha e quem perde, está ficando meio notório que quem ganha é
452 financeiramente e não qualificadamente em termos de ambiente. Quem arrecada mais e quem deixa de arrecadar, quem deixa de
453 gastar em combustível, não é essa a preocupação que se tem. Realmente, não é essa preocupação, quem ganha, quem perde
454 dinheiro. E vou aproveitar para dizer que os planos ambientais, provavelmente, vai ser feito agora no Conselho Nacional de
455 Recursos Hídricos, na nova resolução, que deve ir a Plenário agora, que incorpora os planos ambientais, foi sugestão minha,
456 porque o Estado tem essa atitude de licenciar os municípios e vai entrar a expressão “planos ambientais” dentro dos critérios a
457 serem adotados. Então, até para corrigir um mal entendido que tenha havido na última Plenária, consta em ata, de que seríamos
458 refratários à municipalização. Não é isso, não é ser refratário à municipalização, eu não quis discutir na hora, mas aproveitei
459 para reforçar que não somos refratários à municipalização, mas que ela seja bem feita, porque o que nós temos visto, mesmo
460 com os municipalizados, é preocupante. E nos preocupa também a falta de embasamento dos profissionais, falta experiência.
461 Inclusive, eu já me coloquei à disposição também para ajudar os municípios como ONG, o Pieper deve saber, eu já mandei por
462 escrito. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Em grande parte nós já fomos contemplados pelo Colega Valtemir, não vou repetir o que
463 ele já colocou, mas hoje, grande parte da população do Estado do Rio Grande do Sul já está com o licenciamento ambiental
464 compartilhado, já está dentro da municipalização, setenta e poucos por cento da população do Estado já está com o

465 licenciamento compartilhado. Eu pediria a certas pessoas, em cima agora de 20% da população do Estado, querer jogar, vamos
466 para o outro lado agora, que é justamente o pessoal lá do interior. Então, eu acho que nós temos que saber os passivos que tem
467 na grande população ambiental. Agora, em uma pequena população no Estado parece que querem jogar tudo em cima.
468 Desculpem, certas pessoas, mas pelo o que dá para perceber é um pouco isso. Então, vamos repensar um pouco as atitudes.
469 Outra questão, quando eu vejo alguém do município colocar, talvez não se expressou bem, o “facilitar”. Facilidade é o seguinte:
470 às vezes a gente até vem aqui na Secretaria com os projetos do município, da região, porque a gente sabe a dificuldade de um
471 pequeno produtor do município para vir até Porto Alegre encaminhar seu projeto. Se tem dentro da Prefeitura, o técnico tem
472 condições, ninguém vai querer botar a cabeça dele a prêmio, vamos raciocinar um pouco, ninguém quer colocar a cabeça de um
473 técnico ou de um engenheiro a prêmio. O pessoal quando fala em facilitar é porque está lá no local. São Pedro da Serra, por
474 exemplo, 10Km vai do último lugar do município até a sede; Salvador do Sul, 15km tu vais da ponta mais distante do
475 município, vai lá na sede e consegue, estão lá os técnicos. Outra questão, nós antes na FETAG estávamos analisando, porque
476 são cinco municípios hoje onde está a grande parte de agricultura de pequena propriedade, agricultura familiar. Então, nós
477 estávamos analisando com o Secretário de Salvador do Sul, que já foi Presidente do Sindicato também, é nosso vizinho, 3km.
478 Então, a gente pede a aproveem isso. A outra questão, em relação ao zoneamento, 60% do município está coberto por área
479 nativa, tanto faz se é nos campos que tem, como mata nativa, mata nativa secundária, e mais vinte e poucos por cento da
480 agricultura somente. Então, a gente vê que esses municípios pequenos não têm um impacto tão grande quanto outros têm e
481 quanto à grande população tem. Não preciso repetir porque já falei várias vezes. Então, eu acho que temos que ser mais
482 compreensíveis e ver o que as pessoas querem dizer, sem maldades, sem nada. **Sr. Presidente:** O Conselheiro Paulo Brack
483 pediu a palavra. **Sr. Paulo Brack.** Eu discordo um pouco do Conselheiro Valtemir, mas, em primeiro lugar, eu acho que o
484 zoneamento, seja plano diretor, como queiram, tem que definir aqui, por exemplo, em relação ao ambiente natural, aquilo que
485 vai ficar perene. Se nós não tivermos o zoneamento, a definição dessas áreas, de uma forma consagrada, que algumas áreas não
486 vão ser mexidas, nós vamos estar, inclusive, podendo comprometer a questão dos recursos hídricos, as nascentes, enfim, um
487 conjunto de situações. A questão das espécies ameaçadas também é uma situação cada vez mais grave no Brasil. Eu até diria,
488 obviamente, existe uma legislação que permite, mas em termos de fauna e flora eu questiono se os municípios teriam condição
489 para dar a licença, por exemplo, em relação a um loteamento? Obviamente, geram impactos locais dependendo do tamanho,
490 mas. Às vezes, quando esses empreendimentos são pequenos em grande quantidade, eles podem se tornar de grande impacto e
491 trazer um comprometimento em relação aos aspectos da biodiversidade. Então, eu creio que é importante, sim, que os
492 municípios tenham definidos os zoneamentos, definidas essas áreas aonde não se vai mais poder impactar. Posso dar exemplos
493 de situações que eu não sei se são reversíveis. Os municípios Canoas e de Imbé me parece que já estouraram o percentual de
494 áreas até da reserva legal, de 20%. Eu não diria que 20% seria um percentual ótimo para um município, pode ser mais, é melhor
495 que seja mais de 20%, mas municípios pequenos, como esses dois que eu estou dando exemplo, já sobra muito pouco para
496 preservar e se não tivermos uma garantia rápida, de uma defesa dessas áreas, elas vão desaparecer daqui a 10, 20 anos, porque
497 não vai sobrar nem 5%. E a biodiversidade, nesse quebra-cabeça todo, vai sobrar quanto? Então, nessa questão toda eu gostaria
498 que o Conselho pudesse definir algumas linhas mestras em relação a como o Sistema de Proteção Ambiental, o SISEPRA, está
499 no Código Nacional de Meio Ambiente, vai definir regras que sejam mais constantes para que esses municípios tenham
500 diretrizes mais claras para que algumas dessas áreas tenham preservação, tenham planos diretores que consagrem a preservação
501 de nascentes, de flora e fauna. Eu não estou vendo isso atualmente, talvez eu possa estar equivocado, mas na minha visão de
502 precaução, não é nem como Entidade ambientalista, estou aqui para isso, para tocar nessa tecla. A gente quer enxergar do ponto
503 de vista dos governos municipais e estaduais onde está esse guarda-chuva, porque até agora não vimos. Então, eu acho
504 temerário a gente considerar que o zoneamento não é algo que seja obrigatório, eu acho que é obrigatório porque nós temos que
505 pensar a médio e longo prazo. Se nós fizermos daqui cem anos, mil anos, isso tem que continuar, senão estiver bem
506 estabelecido aí é complicado. Obrigado. **Sr. Presidente:** A título de informação, anteontem, em uma reunião com técnicos do
507 DEFAP aproveitando a qualidade de vários técnicos, inclusive, do interior, aproveitamos a experiência de trabalhos feitos pelo
508 Engenheiro Agrônomo Haroldo Barrold, de Pelotas, ele tem um projeto de qualificação voltado aos municípios. É sobre o
509 Sistema Estadual de Unidades de Conservação e elementos informadores para que os próprios municípios possam criar os seus
510 chamados “Sistema Municipal e Unidade de Conservação”. Ele deve apresentar em Secretaria, talvez no prazo máximo de um
511 mês, já detalhado. E nos cursos de qualificação que se pretende alavancar para o gestor municipal e para os legisladores
512 municipais, também membros de Conselho, quer-se encaixar uma disciplina, que seria a respeito de estímulo aos municípios
513 para a criação de um Sistema Municipal de Unidade de Conservação. É uma proposta que surgiu na reunião e vai transitar na
514 Secretaria, que é uma forma de contribuir e estimular essa visão apresentada pelo Professor Paulo Brack. Só para adiantar, os
515 processos serão postos para votação em separado. Conselheiro Valtemir. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Só gostaria de
516 complementar as colocações, tanto do Francisco, nosso Presidente, e as colocações do Paulo. Nós também concordamos com a
517 idéia de fazer o zoneamento, mas o que é injusto nessa história toda é fazer só no município. Foi essa a minha manifestação.
518 Quanto às unidades de conservação, nós, pela FAMURS, estamos ultimando um convênio ou algo do gênero com a SOS Mata
519 Atlântica e pretendemos adotar aqui no Estado algumas práticas, uma delas é o surgimento das RPPN’s. Então, a idéia é que a
520 gente consiga trabalhar com isso, com os municípios diretamente, que é uma dúvida legal bastante grande sobre o assunto. E
521 também, aproveitando o momento, colocar que nós também estamos tentando aproveitar a idéia e, provavelmente, vamos fazer
522 uma manifestação pública nos próximos dias, sugerindo a todos os prefeitos e candidatos a eleição das nossas cidades que
523 tenham uma pauta ambiental na sua plataforma de governo. Nós tivemos algumas conversações com o Tribunal Superior
524 Eleitoral, que vai adotar a idéia e vai repassar para os tribunais regionais eleitorais. Para esta eleição ainda não vai dar tempo,
525 mas estamos fazendo em forma de sugestão; agora, para a próxima eleição municipal, daqui a 4 anos, provavelmente, já vai ter
526 algumas regras para o plano de governo e uma delas é de que haja uma plataforma ambiental para os candidatos a prefeito.
527 Então, era só essa a manifestação. **Sr. Presidente:** Conselheiro Valtemir, tem uma pergunta da Conselheira Lisiane. E eu
528 informo que o Comitê do Ibicuí comunicou o Tribunal Regional Eleitoral, ele é convidado para uma reunião do Município de
529 São Vicente do Sul, com a presença de todos os candidatos a prefeitos e vereadores, para participar de um evento, que seria
530 público, mas como forma protetiva, de evitar qualquer impugnação de registro, vai participar um por evento para conhecimento

531 do Comitê, para conhecimento da discussão, da importância do Comitê e da municipalização das atividades de impacto local.

532 **Sra. Lisiane Becker:** Eu queria perguntar uma coisa ao Conselheiro Valtemir: por que o convênio com o SOS Mata Atlântica,

533 que não é uma ONG daqui, enquanto nós temos uma rede Mata Atlântica, com elo aqui, trabalhando ativamente, inclusive, na

534 nacional? Eu acho, realmente, que faltou aí uma comunicação maior, Conselheiro, já que nós temos ONGs bastante atuantes, o

535 senhor sabe muito bem, que trabalham *in loco* em municípios pequenos, como o senhor falou. Eu sou uma também, agora

536 convidamos os políticos de São Francisco de Paula para a Romaria da Água, para conhecer a Bacia dos Sinos, as outras quatro

537 bacias que nascem ali. Então, realmente, deixo aqui aberto, que a FAMURS também se lembre que existem ONGs bem

538 competentes aqui no Rio Grande do Sul e que fazem parte da coordenação nacional. **Sr. Presidente:** Certamente, o Conselheiro

539 vai levar isso em consideração, até o Presidente da FAMURS essa manifestação. Independente disso, o tema central, que é a

540 qualificação, oportunizou o debate. Então, vamos votar em separado cada processo. O primeiro processo é o 1625, Município

541 de Caseiros. Quem se manifesta favorável à qualificação do município para o licenciamento de impactos locais, por favor,

542 levante o cartão. Dezesseis. Quem é contrário? Sete. Quem se abstém? Aprovado. O Processo 8296, o Município de Cotiporã.

543 Quem se manifesta favorável à qualificação do município para o licenciamento de impactos locais, por favor, levante o cartão.

544 Dezesseis. Quem é contrário? Quatro. Quem se abstém? Três. Aprovado. Processo 10.430, Município de Ibirapuitã. Quem se

545 manifesta favorável à qualificação do município para o licenciamento de impactos locais, por favor, levante o cartão. Quinze.

546 Quem é contrário? Sete. Quem se abstém? Um. Aprovado. Salvador do Sul, Processo 7396. Quem se manifesta favorável à

547 qualificação do município para o licenciamento de impactos locais, por favor, levante o cartão. Dezesseis. Quem é contrário?

548 Sete. Quem se abstém? Aprovado. Processo 1256, Município de Victor Graeff. Quem se manifesta favorável à qualificação do

549 município para o licenciamento de impactos locais, por favor, levante o cartão. Vinte e dois. Quem é contrário? Quem se

550 abstém? Um. Aprovado. **Sr. Valtemir Goldmeier (Questão de Ordem):** Eu gostaria de fazer uma manifestação neste

551 momento, em nome da FAMURS, nós chegamos a 200 municípios. Então, Cotiporã neste nosso quadro geral de

552 municipalização é o município que recebe o número 200. Nós tivemos Marau, que recebeu o número 100 e o Município de

553 Dois Irmãos, que foi o primeiro por essa nova resolução do Conselho, de 2000. Então, só gostaria de fazer essa manifestação e

554 pedir aos Conselheiros uma salva de palmas como uma comemoração por termos conseguido chegar nessa meta de termos no

555 Rio Grande do Sul 200 municípios habilitados, enquanto no Brasil nós temos, aproximadamente, 250 tão-somente, e 200 ficam

556 aqui no Rio Grande do Sul, onde começa o Brasil. (*Palmas*). **Sr. Presidente:** Eu não havia feito essa contagem, mas aliado á

557 manifestação do Conselheiro Valtemir, gostaria de registrar sempre o empenho do nosso Coordenador, o Niro Afonso Pieper,

558 que é, em termos de Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Coordenador do Sistema Integrado de Gestão Ambiental. Então,

559 também faço questão de registrar essa manifestação em relação ao trabalho que tu desenvolves, não só tu, mas como outros

560 técnicos e os membros da Câmara Técnica. **4. Recursos Administrativos. (Retirado de Pauta).** O próximo item de pauta seria

561 um Recurso Administrativo de nº 004673.0567/0663. Acontece que, em uma falha de comunicação e responsabilidade nossa,

562 enquanto condutores do CONSEMA, falha da nossa estrutura de Secretaria, vai ter que ser retirado de pauta e entrar na próxima

563 sessão, porque não foi possível fazer contato com o Relator do processo. Então, faço essa justificativa, reconhecem a nossa

564 falha em relação a essa deficiência de cumprimento da nossa pauta. **5. Minuta de Resolução que orienta os Protocolos de**

565 **Cooperação Técnica Intermunicipal.** O Item 5 é para apresentação de uma proposta de resolução que orienta o protocolo de

566 cooperação técnica intermunicipal ou entre municípios. Eu faço questão de esclarecer, em razão dessa busca de oportunizar, e o

567 co é um dos pontos fortes e chave da questão da municipalização, que antes era com a habilitação, depois com a Resolução nº

568 67 passamos a tratar como Qualificação dos Municípios para o licenciamento das Atividades de Impacto Local. E mesmo, em

569 especial pelas colocações sistemáticas que havia, em razão especial da Conselheira Lisiane e da Conselheira Edi, quando

570 ocupava a cadeira da AGAPAN, mesmo o Professor Paulo Brack, quando destacava que percebeu que no corpo técnico de

571 licenciamento faltava esse ou aquele profissional. Eles manifestavam-se como foi feito hoje na sessão, era sempre manifestado

572 o entendimento de que deveria ser uma equipe multidisciplinar mais abrangente. Então, verificando essa preocupação de alguns

573 Conselheiros, também, em razão da nossa atividade, que, ao longo do ano passado, de buscar junto aos municípios, de modo

574 regionalizado, mobilizar os licenciamentos das atividades de impacto local, nós tomamos a liberdade, levamos o assunto ao

575 conhecimento do Senhor Secretário. Então, o Senhor Secretário autorizou que nós fizéssemos um estudo, até uma proposta de

576 resolução, que fosse encaminhado pela Secretaria para o Conselho para criar uma resolução onde nós estabelecêssemos, na

577 medida que o Conselho é o órgão gestor da política de meio ambiente, era nele que aconteciam as críticas de ausência de

578 determinados técnicos nas equipes multidisciplinares, entendemos que seria cabível encaminhar ao conhecimento do Conselho

579 uma proposta de resolução. Então, o Conselho traçaria algumas orientações para que houvesse algumas possibilidades de

580 protocolo de cooperação técnica entre municípios, de aproveitamento de seus técnicos. Aqueles que fazem o licenciamento

581 estariam disponíveis em outros municípios e não os teria no seu quadro. Então, em razão dessa conste fala no Conselho, e

582 mesmo das preocupações do município, e a queixa que eles faziam de que manter uma equipe multidisciplinar seria pesado e

583 cara e muitos municípios não poderiam ter, é que foi o motivo de propor essa resolução. Vejam bem, não é criar a figura de

584 consórcio, mas isso dá a absoluta liberdade de autodeliberação dos municípios. Até porque criar a figura de consórcio é criar

585 um ente supramunicipal, como nós temos nos consórcios dos municípios da Bacia dos Sinos, na região do Sinos, no trato

586 voltado à questão de saneamento. Então, essa foi a motivação que levou a Secretaria a encaminhar essa proposta, ela transitou

587 em câmaras. Houve o entendimento de alteração, que não houvesse uma resolução específica para essa atividade, mas seria um

588 acréscimo à Resolução nº 67. Só estou prestando esclarecimentos aos senhores do motivo. Todos os senhores receberam, tem

589 até a proposta da minuta, foram feitas críticas pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, foram feitas análises nas reuniões,

590 enfim, e vem a Plenário para conhecimento. Se os Conselheiros entenderem de abrir a discussão, debater e votar, como o

591 caráter é deliberativo deste Plenário, seria de absoluta tranquilidade. Se os senhores também entenderem que seria boa uma

592 análise através de um pedido de vista voltaria para a próxima sessão. Isso fica a critério do Conselheiro que assim entender de

593 se manifestar. A preocupação foi de evitar, exatamente, que quem não tem competência administrativa para atuar fora da sua

594 base territorial, assim o fizesse e pudesse ter, ou riscos com relação ao seu Conselho de regulamentação de atividade, ou o risco

595 com relação a ser pressionado que está atuando fora das suas atribuições ou em desvio de função. Foi por isso que se pensou em

596 fazer uma proposição ao Conselho, para que conhecesse, se entendesse pertinente, necessário, assim deliberasse. Então, isso é

597 um sumário que eu presto aos senhores, da razão, da motivação e o que determinou o encaminhamento. A palavra fica aberta
598 aos Senhores Conselheiros. **Sra. Lisiane Becker:** Eu gostaria de pedir vista. **Sr. Presidente:** Há um requerimento de vista da
599 Mira-Serra. Mais alguns dos senhores gostaria de pedir vista? **Sr. Valtemir Goldmeier:** A FAMURS também se associa ao
600 pedido de vista. **Sr. Presidente:** Então, vamos fazer assim, em uma oportunidade já foi utilizado, penso que com êxito, para
601 democratizar, abre-se um requerimento especial para a Mira-Serra, por requerimento especial da FAMURS, fora isso se abre
602 um pedido de vista coletivo. O prazo fica aberto, vai ser disponibilizado por meio eletrônico, visando reduzir custos, a
603 Secretaria do Conselho tem essa atribuição. Vamos pensar em um prazo de 48 a 72 horas, deverá estar no *e-mail* de todos os
604 Senhores Conselheiros. Se os senhores quiserem via e-mail, com aviso de recebimento, tudo bem, barateia, mas se quiserem em
605 cd-rom. Nós vamos ver a forma mais prática. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu gostaria de esclarecer, pairam alguma dúvidas sobre
606 a resolução e é por isso que eu me associo ao pedido de vista, porque a preocupação que nós tivemos, aconteceu um caso entre
607 os municípios, onde alguns municípios estavam trabalhando de forma associada. Havia um técnico de um município A, que era
608 concursado, e nesse trabalho conjunto foi fazer uma vistoria no município B. ele acabou capotando com o veículo e ficou
609 inválido, aí o município onde ele era servidor acabou tendo que arcar com a despesa. Eu acho que nós deveríamos ouvir a
610 Assessoria Jurídica da SEMA, de repente consultar o Ministério do Trabalho, porque tem implicações dessa natureza. O fato
611 dele trabalhar cooperado, se tudo funcionar perfeitamente, não tem problema nenhum. Eu concordo com a resolução, a
612 preocupação é em defender o ente municipal, porque hoje os municípios têm lá os seus servidores, e mais, o servidor
613 concursado contribuiu para um negócio da Previdência lá que é do município, acaba impactando em um dos municípios. Então,
614 realmente, isso é uma coisa deve ser discutida, eu não sei como sair disso. Nós não somos contra a resolução, agora, a gente
615 tem essa preocupação e isso pode acontecer. Então, é essa interligação que eu não sei como fazer, é por isso que a gente
616 recomendava na lei do consórcio, criando o consórcio cria uma figura nova, e aquela figura nova, a pessoal vai ser concursada
617 para aquele consórcio, aí não vai ter esse problema. Não sei se vocês sabem, não tem como admitir ninguém sem ser por
618 concurso. Então, essa é a minha preocupação, porque isso vai acabar impactando nos municípios. Obrigado. **Sr. Presidente:** A
619 proposta inicial previa, no art. 8º: “Os municípios consorciados disciplinarão como lhes aprouver o ressarcimento de custos e
620 despesas para atividade a ser desenvolvida, dando a devida publicidade”. Por exemplo, se houver a pactuação, se disciplinarem
621 a necessidade de se dividir em grupos, acidentes pessoais, o que vai beneficiar os técnicos que vão fazer, mas isso fica dentro da
622 liberdade do município. É importante essa ponderação. Fica deferido o pedido de vista, especificamente para a Mira-Serra e
623 FAMURS, mas fica aberto o pedido de vista coletivo, é só manifestar querendo cópia. **6. Assuntos Gerais.** Podemos passar o
624 último item da pauta, Assuntos Gerais. Não há nada específico trazido em Assuntos Gerais, fica aberta a inscrição para debate.
625 Palavra para a Conselheira Lisiane, depois o Professor Flávio Lewgoy. **Sra. Lisiane Becker:** Eu lamento a saída de alguns
626 Conselheiros, parece que só ficaram para a aprovação dos municípios, quando tem outras coisas bem importantes ainda no
627 CONSEMA. Eu queria colocar um questionamento. Na reunião passada eu fui meio taxada de repetitiva por fazer as mesmas
628 perguntas, mas eu queria deixar registrado que eu não fui respondida no Ofício nº 25, de 12/05, no ofício de 13/06, no ofício de
629 24/07. Além de ter um probleminha bastante constrangedor na Entidade, porque a suplente, que não faz mais parte da Entidade,
630 continua recebendo a correspondência e a atual não recebe. Já foi encaminhado isso no início de junho, que foi mudado,
631 mandamos o *curriculum vitae*, mas ela continua ausente das correspondências e uma pessoa que não mais nos representa
632 continua recebendo as informações. Então, é uma situação bastante constrangedora para a nossa Entidade. Por fim, é só uma
633 informação, ontem eu participei de um grupo de trabalho, de análise e monitoramento de áreas, Resolução CONAMA nº 369. A
634 Resolução nº 369 trata da excepcionalidade de intervenção em áreas de preservação permanente. Foi criado um GT dentro da
635 Câmara Técnica de Qualidade Ambiental para que fosse analisado como os municípios e demais Estados estão vendo a
636 aplicação dessa resolução. Foi mandado para todos os Estados, sendo que só São Paulo respondeu, a gente sabe que Minas
637 Gerais tem a 369, Paraná, e não me recordo o outro. Vai ser enviado para o CONSEMA de todos os Estados esse questionário,
638 eu recomendei que fosse enviado para a FAMURS, porque foram citadas a ADEMA e a ANAMA para receber, mas a ANAMA
639 meio que se retirou do grupo, vamos ver se a trazemos de volta. Então, todos os Conselhos receberão e eu fiquei na qualidade
640 de uma dos três membros que vai sistematizar as respostas que serão enviadas para o CONAMA. Então, eu faria o especial
641 pedido para que nós respondêssemos, porque nós esperamos a resposta de todos os municípios qualificados, eles querem
642 exatamente isso, quais os municípios, os contatos dos municípios para que eles possam mandar o questionário. **Sr. Presidente:**
643 Se não me falha a memória eu recebi em maio ou junho, foi determinada para o DEFAP restar as informações diretamente.
644 Depois recebi de novo e determinei de novo o envio ao DEFAP. Foram duas oportunidades, através da ADEMA também, por
645 ser membro da ADEMA. Eu passo a palavra ao Tiago para fazer esclarecimentos a respeito das informações de respostas que
646 devam ter sido encaminhadas. **Sr. Tiago Castagnetti:** Em relação à nomeação da nova representante, nós recebemos a
647 indicação e enviamos à Casa Civil para providências. A Casa Civil nos retornou o expediente solicitando *curriculum vitae*. Eu
648 fiz a solicitação a você, você respondeu ao pedido, mas não em formato de *curriculum vitae*, e sim apenas citou que ela trabalha
649 em tal lugar, é bióloga, etc., coisa de três linhas. Eu acredito que esse formato, sobretudo, no corpo do e-mail, não seja o mais
650 apropriado em termos de um currículo. Se os senhores acharem por bem apenas juntar o expediente e mandar nesse formato
651 para a Casa Civil, porque é coisa de três linhas. **Sr. Presidente:** Só um esclarecimento. Eu já adotei em outras situações, nós
652 temos o chamado *curriculum lates*. Quer dizer, quando falamos do Sr. Buckup, do Sr. Paulo Brack, falamos do “senhor fulano”, são
653 pessoas que a gente sabe que têm trânsito, que existem no mundo científico e eu já determinei em mais de uma oportunidade,
654 procura o *curriculum lates*, verifica, faz um sumário e pronto, atende a essa solicitação. A exigência não é nossa, é uma
655 solicitação feita pela Casa Civil, para quando a Governadora vai fazer as suas nomeações, é ter os dados da qualificação
656 técnica. Não é vasculhar a vida, pelo amor de Deus! Já passamos a muito desse período. A preocupação é ter conhecimento dos
657 atributos que são ditos a respeito da pessoa que deverá ser nomeada para integrar o Conselho. Não é censura, não é vistoria, não
658 é bisbilhotice, volto a dizer que é uma solicitação apenas para que tenhamos o desenho dos Conselheiros, a qualificação dos
659 Conselheiros. Então, eu pediria, se for possível, Conselheira Lisiane, até para superarmos isso, encaminhar a pessoa indicada
660 pela organização, que deve ter o currículo junto à própria organização. Ninguém é obrigado a ser mestre, doutor, a pessoa tendo
661 a sua qualificação, que apresente o seu currículo é o bastante. **Sra. Lisiane Becker (Questão de Ordem):** Eu fico bastante
662 espantada, porque eu sou Conselheira no CONAMA, sou Conselheira em Câmara Técnica do CRH e todos que me pediram o

663 currículo eu mandei em corpo de texto, o meu dá mais de três linhas, obviamente, mas a nossa Conselheira é bióloga, até já
664 terminou o curso, porque quando eu mandei ela estava fazendo o curso de Patologia, já concluiu, também é técnica em
665 enfermagem. Então, não sei mais o que tenho que dizer. Eu acredito, para não ficarmos nessa discussão perene, porque faz três
666 meses, que mandem um padrão, já que tem esse *curriculum lates*, que é grande, nem todo mundo é obrigado a fazer. Então, se
667 não é feito, depois de três meses, a nossa Conselheira atual não está recebendo, pelo menos que a que não está mais não
668 recebesse. Agora, eu acho inadmissível uma pessoa que não faz mais parte da Entidade continuar recebendo as informações.
669 Então, mandem um modelo de currículo, porque em nenhum momento me foi dito isso, só que era para ser um breve currículo
670 com as informações da Conselheira. Então, é o meu desagrado aqui, porque eu como Conselheira aqui não precisaria apresentar
671 todas essas manifestações. **Sr. Presidente:** Dentro da liberdade de autonomia do Município, Estado e União, podemos traçar
672 determinadas regras, independente das regras federais. O currículo, aí a senhora me desculpa, até para não desmerecer, porque é
673 um pedido da Casa Civil, currículo existe em qualquer livro de correspondências formais, como o do Professor Adalberto
674 Kaspary, vem modelos de currículos e se baixa na Internet. A questão não é vistoriar a vida da pessoa, mas a questão é saber da
675 sua qualificação. Eu falei do modelo *lates* exatamente para não criar essa situação desagradável de se dizer que é pessoa titulada
676 e deixou de ser. Então, eu já disse em mais de uma oportunidade para a Secretaria do Conselho o seguinte: foi indicado o Sr.
677 Buckup, se querem nomear tem o *lates* dele, não importa, faz uma busca dentro dos bancos curriculares, se tiver, muito bem,
678 nós suprimos essa solicitação. A questão curricular tem norma técnica de apresentação. **Sra. Lisiane Becker:** Tem várias. **Sr.**
679 **Presidente:** Sim, várias. Então, não pode ser em duas linhas, a senhora vai me desculpar. Conselheiro Lewgoy, por favor. **Sr.**
680 **Flávio Lewgoy:** Plenário quase vazio, mas é rápido. A solicitação que eu encaminhei de designação do Professor Buckup, que
681 é uma pessoa de notório saber, eu acho que não se enquadraria nessa proposição, que de notório saber é uma qualidade, um
682 atributo mundial. Então, eu gostaria de solicitar que ele, de imediato, *ad referendum*, já que parece não termos *quorum*, que ele
683 fosse designado para a Câmara Técnica de Biodiversidade. Eu posso comunicar isso pessoalmente a ele por *e-mail* para ajudar,
684 mas para que ele possa entrar imediatamente em função. Se for possível eu fico grato. **Sr. Tiago Castagnetti:** Permita-me,
685 Presidente? Quem compõe as Câmaras Técnicas são as Entidades que compõem a Plenária do CONSEMA. **Sr. Flávio Lewgoy:**
686 Desculpa a interrupção. Pode ser designado alguém que não pertença ao Plenário. **Sr. Tiago Castagnetti:** Pode ser convidado a
687 participar. **Sr. Presidente:** Mas ele é indicado pela AGAPAN. Só preste a informação. **Sr. Tiago Castagnetti:** são duas
688 situações distintas: uma coisa é fazer um convite para um profissional comparecer em uma ou mais reuniões da Câmara
689 Técnica, afim de instruir a discussão. Outra coisa é uma Entidade, tendo assento em determinada Câmara Técnica, indicar um
690 representante. Eu pergunto ao senhor: é o caso da AGAPAN ou outra Entidade indicar o professor mencionado no ofício, que já
691 foi lido, para compor a Câmara Técnica como representante da AGAPAN ou de outra Entidade, ou é o caso da Câmara Técnica
692 de Biodiversidade e Política Florestal emitir ofício convidando-o a comparecer nas reuniões da Câmara Técnica? **Sr.**
693 **Presidente:** A AGAPAN integra ou não a Câmara Técnica de Biodiversidade? **Sr. Tiago Castagnetti:** Não. **Sr. Presidente:**
694 Então, temos que fazer o contrário, nós temos que fazer o pedido de inclusão da AGAPAN na Câmara Técnica e o seu
695 representante será o Professor Buckup. Eu me disponho, já lhe digo de plano, é decidido *ad referendum* e na sessão seguinte
696 vem currículo, vem tudo e o Plenário já decide. Qual o nosso *quorum*? Dezoito. Então, já vamos votar. Há um pedido da
697 AGAPAN de inclusão na Câmara Técnica de Biodiversidade, quem se manifesta favorável levante a mão. Dezesete. Alguém é
698 contrário? Não. Alguém se abstém? Está aprovado, incluído e o representante da AGAPAN é o Professor Buckup. A Secretaria
699 vai retirar os dados do Professor no *curriculum lates* e está resolvido. Assuntos Gerais abertos aos Senhores Conselheiros, com
700 direito a 5 minutos de manifestação. **Sr. Tiago Castagnetti:** O seu currículo, Professor, eu consegui no *lates*, a questão do
701 Tiago, ele não emitiu currículo para mim ainda, só estou aguardando. Se ele enviou o expediente não está comigo, já está na
702 Casa Civil. Agora me lembro, foi para a Casa Civil para providências. Faz mais ou menos um mês que foi. **Sr. Presidente:**
703 Consignando a manifestação fora do microfone do Professor Paulo Brack sobre a nomeação do seu suplente ao Plenário. O
704 processo está na Casa Civil, tão logo saia a portaria de nomeação não há problema algum, ele participa das reuniões. Mais
705 algum assunto geral que os senhores pretendam abordar? **Sr. Tiago Castagnetti:** Eu me inscrevo, Presidente. **Sr. Presidente:**
706 Não, Assuntos Gerais é para os Conselheiros. Só se for alguma questão de informações, agora é o espaço dos Senhores
707 Conselheiros. A Conselheira. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Reforçando a situação que fizemos pedido de inclusão de pauta, nós
708 gostaríamos de receber, então, previamente ou com tempo hábil quando esses temas, tanto da questão das queimadas, como a
709 questão dos agrocombustíveis que foram incluídos na pauta, para que a gente possa ter tempo de trazer uma apresentação. Em
710 relação ao agrocombustíveis, trazendo dados que já foram discutidos em uma comissão provisória na Assembléia Legislativa
711 sobre os modelos descentralizados de produção de etanol. Enfim, ficamos abertos à construção dessa apresentação, a FETAG
712 teve participação nessa discussão. Então, quando esses pontos forem incluídos que a gente seja notificado para preparar uma
713 apresentação. Obrigada. **Sr. Presidente:** Quando da inclusão da pauta será previamente encaminhado aos Senhores
714 Conselheiros, até diluindo em mais de uma sessão, pelo número de assuntos apresentados. **Sr. Paulo Brack:** Reforçando a
715 questão em relação à Lúcia, que é um das especialistas em nível nacional em relação a agrocombustível. Eu vou colocar só uma
716 questão que a gente já havia falado, em relação ao Fundo Estadual, inclusive, tínhamos solicitado a reativação da Câmara. A
717 minha preocupação é que a gente vá fechar o ano de 2008 e a questão do Fundo Estadual do Meio Ambiente fique ainda parado.
718 Eu acho que isso não dá, nós queremos saber em relação a esses recursos a maneira mais correta que tem sido colocado
719 disponível, através de projetos. Então, eu me preocupo em saber como está o andamento dessa Câmara Técnica, porque até
720 agora não sei nada sobre isso. Outra solicitação, também, que já tinha sido feita, o FUNDOFLOR também. Eu não sei se a
721 Câmara Técnica estaria trabalhando com os dois temas ou só com um, mas se for pelo menos só com o Fundo Estadual do Meio
722 Ambiente já seria bem interessante. A gente sabe que é burocrático, tem que ser criado todo o procedimento de um grupo de
723 gestão, porém, nós consideramos que semelhante ao que já existe com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, a sociedade tem
724 que estar presente na gestão desses recursos, pelo menos em relação à concepção e para que ele funcione e que faça parte do
725 CONSEMA, como forma de fortalecer as políticas ambientais. Outra questão é a relação dos recursos de (*Inaudível*) da
726 silvicultura, para onde vão esses recursos, que a sociedade tenha a possibilidade de fazer parte do controle e da indicação desses
727 recursos para que sejam encaminhados para as unidades de conservação já existentes, ou até a criação de novas. Então, essa é
728 uma questão que a gente gostaria que tivesse uma certa urgência em ser respondida. Obrigada. **Sr. Valtemir Goldmeier:**

729 Senhores Conselheiros, Sr. Presidente, mais uma vez eu gostaria de, em nome da FAMURS, solicitar que o Conselho
730 provocasse uma discussão sobre o planejamento da região metropolitana, principalmente no tocante à logística. Vocês estão
731 vendo algumas discussões que estão acontecendo, nós estamos vendo que o trânsito em Porto Alegre virou um caos. E mais,
732 para provocar a duplicação da ponte do Guaíba, porque algumas concessionárias, em determinados horários, levantam a ponte,
733 tranca todo o trânsito na volta. É o que nós estamos deduzindo. Há meio ano atrás não tinha essa discussão e nós entendemos
734 que essas obras têm que ser feitas, mas tem uma coisa que ninguém está pensando, o caminhão não pode chegar em Canoas e
735 não pode chegar em Porto Alegre. Não adianta duplicar a ponte do Guaíba, porque nós não vamos conseguir chegar na ponte.
736 Então, eu gostaria de pedir que essa pauta fosse trazida para o CONSEMA, uma pauta de planejamento de logística. Para que
737 duplicar o Aeroporto Salgado Filho se daqui a 5 anos vai estar obsoleto? Então, eu gostaria que o Estado fizesse isso, através da
738 Secretaria organizasse. Eu entendo que tem que ouvir a METROPLAN, tem que ouvir o setor fluvial. Pô, nós temos a porto de
739 Estrela com 5% da sua operação e caminhãozinho rodando por todo mundo, por tudo que é lugar. Então, essas coisas, ponte do
740 Guaíba aqui talvez seja a última das alternativas que a sociedade gaúcha tem. Porque não fazer uma ponte lá no Pólo
741 Petroquímico? Ligando Venâncio Aires a Dom Feliciano. Vai fazer o quê? Que o trânsito não chegue na Grande Porto Alegre,
742 que o caminhão que desce de Caxias vá até Montenegro, atravessa pelo Pólo. Outra coisa, por que o porto do Pólo não pode
743 entrar nessa logística? É isso, não adianta duplicar a ponte do Guaíba, aí vai ter que duplicar as estradas. Todo mundo está
744 falando na Rodovia do Parque, mas vocês sabem o que é? É uma rodovia que vai ser feita ao longo da 116, toda dentro do
745 banhado. Aí todos nós aqui fazemos discussões, tem, que proteger banhado, aí todos nós vamos concordar com isso, porque não
746 tem alternativa, mas não tem alternativa porque nós estamos jogando todo o trânsito dentro da Grande Porto Alegre. Nós temos
747 que fazer o contrário, por que não faz ali perto de Capela de Santana ou em Montenegro um aeroporto internacional de tal
748 maneira que as cargas não cheguem aqui? Isso é planejamento. Eu gostaria de convocar o CONSEMA, que isso fosse uma
749 pauta para ser discutida. Se a gente não fizer isso, daqui a 20 anos, vai ser um caos total, vai ser uma São Paulo talvez piorada,
750 porque nós temos umas rodovias retas, nós aqui temos muitas rodovias em curva. Então, vai ser pior que lá. Ainda tem um
751 problema, nós temos uma alta umidade aqui, que aí entra outro problema, que é a qualidade do ar, que faz tempo que a gente
752 não tem tido condições de discutir esse assunto. Então, eu gostaria de trazer essa pauta, talvez a gente marcasse um seminário
753 para discutir isso, não precisa ser uma pauta de Plenário, mas esse assunto de logística tem que ser discutido, até porque toda
754 obra pública é fomento de desenvolvimento de uma coisa. Duplicar a ponte do Guaíba vai trazer ais desenvolvimento?
755 Provavelmente não vamos mais trazer desenvolvimento para Porto Alegre, vai ser o contrário, porque as pessoas vai acabar
756 fugindo daqui porque o trânsito é muito ruim. Agora, se fizer um aeroporto em Capela de Santana, Montenegro, uma ponte
757 atravessando o rio, perto do Pólo Petroquímico, naquela região, que tem um projeto para fazer uma ponte ligando aqui, todos os
758 municípios daquele entorno receberão desenvolvimento. Então, trago essa pauta, Sr. Presidente, porque isso é pensar e meio
759 ambiente é, fundamentalmente, planejamento. A gente tanto fala dos impactos, mas e os impactos de não ter feito a obra na
760 hora certa? Vejam o caos que é a 116 e o impacto que está causando porque faz quantos anos que não se investe ali? Vejam os
761 impactos negativos que estamos colhendo hoje, com problema de barulho, excesso de combustível largado no ar. Então, são
762 quantas coisas que são fundamentais para o nosso Estado. Em São Paulo fizeram o Rodoanel, fazendo todo o contorno de São
763 Paulo livre, passando por dentro de APPs, gastaram 600 milhões de dólares só em compensação ambiental. E nós aqui, há
764 quantos anos não pensamos nisso? Outro assunto, em relação ao Fundo, quanto às multas, eu gostaria de reivindicar que a gente
765 fizesse um estudo, de tal maneira que quando se aplica uma multa no município tal, é porque lá naquele empreendimento
766 aconteceu o problema. Então, a gente gostaria que uma parte daquele recurso fosse destinado, porque se foi multado é porque
767 houve um plano, foi lá. Então, uma parte desse recurso tem que necessariamente voltar para lá. Quanto às compensações dos
768 projetos que têm aí, nós gostaríamos que houvesse uma maneira com que, se um projeto precisa de compensação ambiental no
769 Município de Camaquã, que uma parte desse recurso seja para o município de Camaquã e não seja usado, como foi no passado,
770 onde eu sei que o município pegou dinheiro de compensação ambiental para fazer calçada, claro, não local do impacto. Então,
771 eu gostaria de um estudo nesse sentido. **Sr. Presidente:** Mais alguém em Assuntos Gerais? Não havendo nenhum Conselheiro
772 eu declaro encerrada a 110ª Reunião do CONSEMA. Obrigado.

773 – Encerram-se os trabalhos às 16h54min.